

Economistas querem a retomada

AGÊNCIA ESTADO

A retomada do crescimento econômico é a proposta central de dois documentos que serão encaminhados ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves. O primeiro é a "Carta à Nação", assinado por 250 economistas, como Dercio Garcia Munhoz, Maria da Conceição Tavares e Paul Singer, que participaram do 10º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, em Vitória. A mesma recomendação foi elaborada no encerramento do seminário "A crise e a transição para a democracia", promovido no Rio pelo Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) e Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp.

A carta adverte para as profundas desigualdades sociais, agravadas por quatro anos de recessão, "que constituem obstáculo à consolidação democrática", assinalando que a injustiça social aguda não pode conviver com a democracia. E propõe um programa social de emergência como componente essencial do próximo governo.

Além da "concepção simplista de frente de trabalho", que pretende apenas prover a renda dos desempre-

gados, os economistas propõem um programa de produção de bens e serviços de utilidade social, sendo o setor público seu principal agente. A carta pede também uma nova política de salários, num processo amplo de negociação, que pressupõe liberdade sindical e direito de greve, possibilitando aumento real do salário mínimo como elemento inicial de uma política redistributiva da renda nacional.

Na área de abastecimento, pedem a criação de um ministério extraordinário, incentivos, isenção de ICM dos gêneros alimentícios e ampliação de experiências bem-sucedidas de livres formas associativas de produção.

Na área de habitação recomendam a simplificação de procedimentos administrativos no financiamento de residências para famílias de baixa renda, corte seletivo de encargos e maiores prazos de vencimentos para financiamentos de valores inferiores. Pedem a reconstituição de recursos do Sistema Financeiro da Habitação e a suspensão imediata dos mutuários carentes, com reescalonamento de prazo.

A carta propõe também uma reforma agrária com base no estatuto da terra; reforma tributária que be-

neficie os Estados e municípios; revisão da política de industrialização e criação de mecanismos de apoio para o Nordeste, com orientação da Sudene.

SEMINÁRIO

O documento concluído no seminário no Rio assinala que os gastos públicos em programas sociais caíram 15% no período 82/84, o que foi camuflado pela criação de fundes como Finsocial, cujos recursos são centralizados no Ministério do Planejamento e dependem de complexa tramitação burocrática e de tráfico de influências para sua liberação. Essa redução dos gastos públicos, principalmente nas áreas previdenciária e de saúde, não é recente. Segundo o relatório, de 74 a 79 já houve estagnação, e de 79 a 82 registrou-se uma queda de 3% ao ano. Essa diminuição foi camuflada, de acordo com o documento, por mecanismos com o Finsocial que centralizou, por exemplo, verbas do Ministério da Saúde nas mãos da Seplan, que apenas consegue liberar recursos para sustentar sua máquina administrativa, gerando problemas como falta de inseticidas para combate à malária, insuficiência de material e recursos humanos para a prevenção de doenças endêmicas em geral.